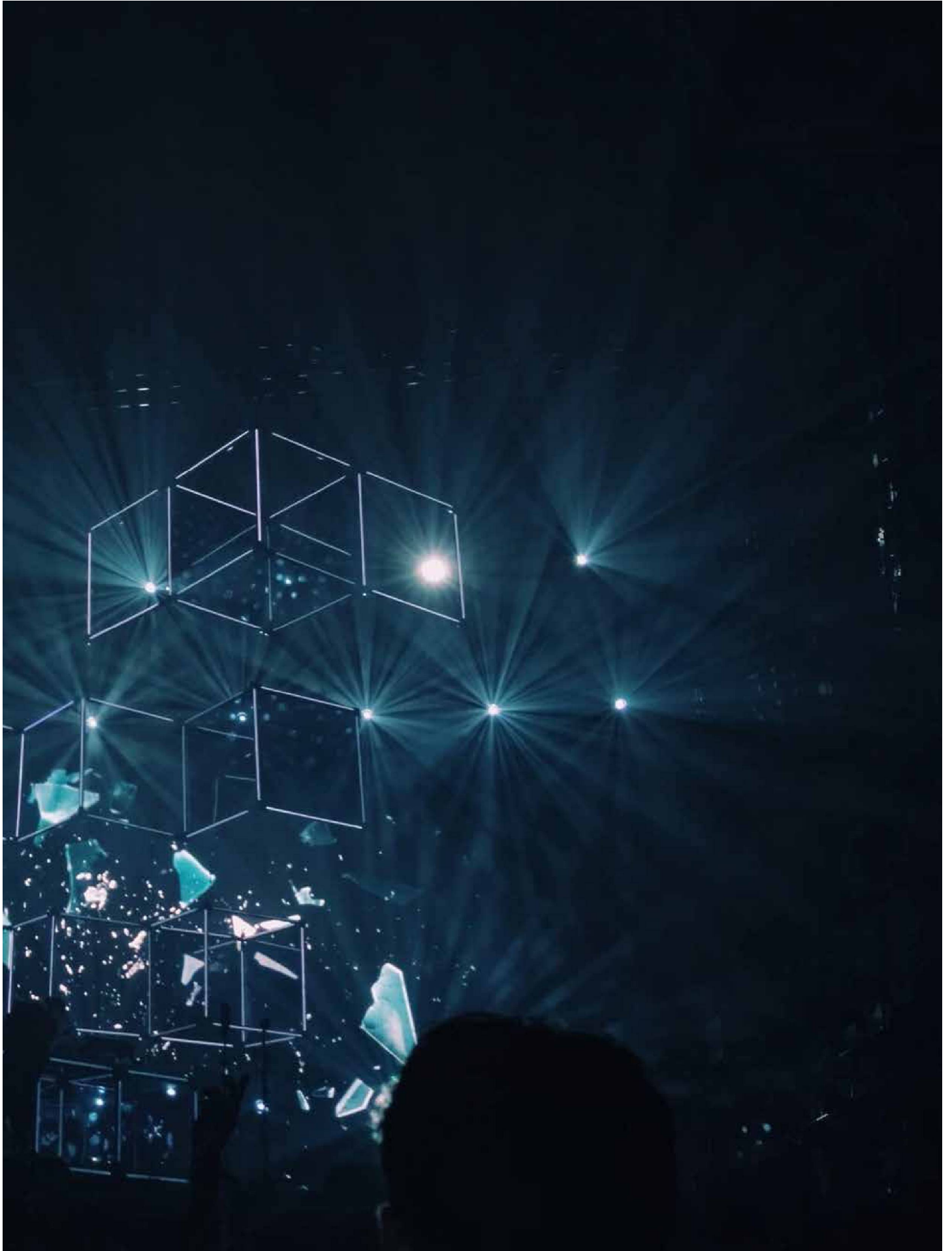


Fórum de Líderes

Líderes das sociedades e de departamentos de dezenas de escritórios com presença em Portugal partilham as suas perspetivas para a advocacia de negócios em 2024, um ano que deverá ser marcado por desafios a nível macroeconómico, mas também com oportunidades de crescimento.

O que espera do mercado da advocacia para 2024?





com estruturas mais leves, são aqueles que terão maior facilidade de adaptação.

Nós somos os nossos Clientes. O desafio é estar à altura das exigências nos vão lançando, sem prejuízo da proximidade que, na nossa advocacia, continuamos a considerar o essencial.



Filipe Mayer
Sócio
da CCA Law Firm

2024 será (mais) um ano de desafios para a advocacia. Desafios específicos desta profissão e outros comuns a todos os outros setores da economia. Desde logo, para quem exerce em regime de sociedade, a multidisciplinidade será uma realidade, trazendo não só uma competitividade maior a um setor já muito competitivo, mas também desafiando esta profissão milenar a abraçar novas oportunidades. Também a já anunciada vinda de novos players internacionais para o mercado legal português irá acentuar, ainda mais, a concorrência neste mercado.

Os desafios comuns que todos enfrentamos estão relacionados, como não poderia deixar de ser, com o novo ciclo político que irá iniciar-se. Esta instabilidade gera, como é evidente, alguma pressão na profissão, não só em termos de preço, mas também nos resultados exigidos pelos clientes. O fator diferenciador nunca deixará de ser a qualidade, resultado que só pode ser alcançado com uma aposta clara em tecnologia aliada à contratação e retenção de profissionais de excelência, que continua a ser absolutamente essencial e nunca será substituído pelo investimento tecnológico. Continuará a ser crítico, para qualquer escritório de advogados, uma aposta forte nos seus recursos humanos, que os ajudarão a encontrar soluções de valor acrescentado para os clientes, e procurando garantir condições para que todos estejam realizados a exercer a profissão.

Pretende-se capacitar cada vez mais as equipas, tendo a tecnologia um papel facilitador no compromisso entre um maior e melhor life-work balance. Contudo, é preciso também capacitar as pessoas através de melhores condições físicas de trabalho, programas internos que se foquem no bem-estar físico e mental, com vista a conseguir um ambiente de trabalho saudável, e políticas internas que facilitem esta dinâmica. Por outro lado, a sustentabilidade é outro dos princípios que, juntamente com a consciência ambiental e a responsabilidade social, na estrutura das sociedades, tem um papel diferenciador junto dos vários stakeholders, sendo um tema cada vez mais proeminente.

Penso que quem estiver a preparar o ano de 2024 e seguintes com estas preocupações, enfrentará mais um ano desafiante com sucesso. Tem sido esse o caminho que temos procurado fazer na CCA.



José Costa Pinto
sócio
da Costa Pinto Advogados

Sempre que fazemos este exercício de projetar o “próximo ano” temos a tendência de nos focar, em primeiro lugar, nos pontos de turbulência. Dos efeitos dos juros altos, aos angustiante conflitos bélicos que assolam o mundo, passando pela crise política e queda do governo e terminando nos desafios da captação e gestão de talento, há sempre “motivos” para um olhar retraído e inseguro sobre o futuro. A verdade, porém, é que a advocacia deve em primeiro lugar olhar para a solidez do seu percurso e pela forma como se tem sabido adaptar às mudanças e aos novos desafios.

Assim, e sem prejuízo de todas as referidas circunstâncias, na minha perspetiva, 2024 será um ano de desenvolvimento e de crescimento, face a 2023 e 2022. Acredito que a confiança gerada pela forma como foram ultrapassados os desafios que há

um ano todos identificavam como potencialmente causadoras de um mau ano será a pedra de toque para um excelente 2024, com mais atividade económica e mais transações, sobretudo a partir do segundo trimestre (pós-eleições).

No que respeita especificamente ao setor das fusões e aquisições, o aumento dos custos regulatórios e o ajustamento provocado pela subida dos juros continuarão a ser motor de concentrações e de reorganizações empresariais. Seguramente que os advogados desempenharão um papel essencial nestas transações para, com a sua experiência e competência, assegurarem a segurança jurídica das mesmas.

Por fim, não podemos deixar de mencionar a importância dos advogados, para além de se dedicarem ao sucesso da sua atividade, o que é necessário, legítimo e essencial, dedicarem igualmente uma parte do seu tempo à função social inerente à nossa profissão. Preocupa-nos de sobremaneira a recente consagração das sociedades multidisciplinares em Portugal (ainda sujeita a regulamentação, é certo). Trata-se de um exercício de mera desregulação pensado para uma realidade económica e empresarial onde podemos ver muitas virtudes (que não negamos), mas que se aplicará a todo um universo onde os cidadãos ficarão francamente desprotegidos na proteção dos seus direitos, liberdades e garantias. O tempo jamais volta para trás, não se pede isso, antes se exige ponderação e cautela, pois uma lei deve sempre pensar no “todo” e não apenas numa “parte”. Estejamos atentos, mas sobretudo atuantes, pois temos igualmente uma função social que não podemos descurar.